

Campanha eleitoral sem gráficas oficiais leva otimismo às empresas

A proibição do uso da gráfica do Senado e da Câmara Legislativa para a produção de impressos para deputados, inclusive material de divulgação do trabalho legislativo dos parlamentares, agradou aos donos de indústrias gráficas. "Aquilo que era desviado pelo Estado, consequentemente virá para as gráficas privadas, não no mesmo volume, porque o material não será mais pago com dinheiro público e sim do bolso dos candidatos ou partidos", justificou o presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do DF (Sindigraf), Antônio Carlos Navarro.

O empresário disse que é difícil estimar o lucro que o setor de indústria gráfica poderá obter com o fechamento das gráficas oficiais para trabalhos de parlamentares. Ele

também não conseguiu prever quanto os candidatos gastarão em impressos para campanha eleitoral. "Não dá para fazer uma estimativa usando como referencial a última campanha. Neste ano diminuiu em 50% o número de candidatos, a situação econômica e a legislação eleitoral também mudaram", observou.

O Sindigraf defende o fechamento das gráficas oficiais por entender que os custos de manutenção das máquinas e com a folha de pagamento de pessoal são maiores do que os gastos que o Estado teria se utilizasse serviço particular. "As 204 gráficas privadas do DF têm 2.400 funcionários, enquanto só a Imprensa Nacional tem mais de

1.100 empregados. Imagine o que isto representa de gastos para o Estado?", observou.

Se o fechamento da gráfica da Câmara agradou à iniciativa privada, alguns deputados não gostaram nada da medida. "Os justos pagaram pelos pecadores", disse o deputado José Edmar Cordeiro (PSDB). Ele afirmou que só utilizou a gráfica para divulgar seu trabalho. "Agora estou com material parado. Fiz o pedido em novembro, mas fizeram primeiro o material dos governistas. Na hora em que o meu estava para sair acontece isto. Fiquei no prejuízo", reclamou. O prejuízo dele, segundo calculou, é de 120 mil folders.

O deputado Geraldo Magela (PT) afirmou que é a favor do cum-

primento integral da decisão do Tribunal Superior Eleitoral. "Tinha que suspender para evitar o uso indevido da gráfica", disse. Nesse aspecto, o deputado Fernando Naves (PP), adversário político do PT, concorda com Magela. "Acho correta a medida e quem usou para fins eleitorais deverá ressarcir a Câmara", defende o deputado.

O deputado Cláudio Monteiro (PPS) salienta que "lei é para ser cumprida". Ele levará o seu jornal para rodar em outra gráfica. "Não vou deixar de prestar contas ao meu eleitor. Independentemente de eleição, existe o meu compromisso com eles", afirmou, ao ressaltar que deixará claro no impresso que o jornal foi rodado fora da Câmara.